



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MANIFESTAÇÃO

Campinas, 05 de março de 2026.

Processo FUMEC.2026.00000160-23

Assunto: Projeto de Lei, que altera a Lei Complementar nº 532, de 07 de julho de 2025, que “dispõe sobre a reestruturação administrativa da Fundação Municipal para Educação Comunitária - Fumec, sua organização, seus cargos e suas funções.

À Secretaria Municipal de Justiça
Senhor Secretário,

Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria (**DOC 17941185**), e considerando as alterações propostas pela **Secretaria Municipal de Educação (SME)** incorporadas à nova versão do **Minuta de Projeto de Lei (DOC 17940861)**, verifica-se que **tal Minuta difere completamente da primeira versão submetida à análise desta Pasta.**

Conforme bem observou o **despacho da SMJ (DOC 17520479)**, a primeira versão (**DOC 17446113**) tratava de “**proposta de alteração da Lei Complementar nº 532/2025**, que dispõe sobre a reestruturação administrativa da Fundação Municipal para Educação Comunitária – FUMEC, com a **finalidade de atribuir à referida Fundação a competência para conduzir os procedimentos licitatórios e de contratação administrativa** destinados à Secretaria Municipal de Educação, **permanecendo sob a responsabilidade desta última a definição do objeto, o planejamento das contratações, bem como a gestão e a fiscalização dos respectivos contratos.**”

Na última versão juntada aos autos (**DOC 17940861**), **permanece sob a responsabilidade da SME apenas e tão-somente “a definição da necessidade administrativa e do objeto da contratação”.**

Ocorre que **os primeiros incisos I e II do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, dispositivo que trata da fase preparatória da licitação, tratam exatamente da descrição da necessidade fundamentada em estudo técnico preliminar e a definição do objeto, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.**

No entanto, **esses instrumentos (ETP e TR ou instrumento equivalente) estão sob as atividades atribuídas à FUMEC** na nova redação do PL (alteração do art. 2º, § 2º, inciso I), o

que induz a crer que **toda a responsabilidade pelo processo de contratação, desde a fase preparatória da licitação até a fase de execução contratual será transferida**, por via de Lei Complementar, **à Administração Indireta Municipal (FUMEC), inclusive as decisões a ele inerentes**. Por consequência, também **os recursos orçamentários e financeiros e todo o ciclo da despesa (empenho, liquidação e pagamento) serão de responsabilidade da Fundação**.

Daí a **incoerência da redação do novo § 2º, inciso VIII** (§ 2º Compete à FUMEC o suporte técnico-operacional e a condução dos atos procedimentais necessários à seleção da proposta mais vantajosa, compreendendo, entre outras atividades a execução das atividades: (...) VIII - procedimentais necessárias à contratação, **vedada a assunção de competências decisórias.**), **que veda expressamente as competências decisórias, as quais inevitavelmente serão delegadas no formato conjecturado**.

Ora, se a contratação como um todo - fase preparatória, fase externa (licitação) e fase contratual (execução do contrato) - será trespasada à FUMEC, a previsão das contratações deve constar desde o Plano de Contratações Anual (PCA) daquela entidade.

Por conseguinte, **cai por terra a assertiva da SME (DOC 17582960)** de que **não haveria atuação da FUMEC na fase de planejamento estratégico da contratação**, a conferir:

2. Compatibilização com a Lei nº 14.133/2021 (Fase Preparatória)

Reconhece-se a correção técnica do apontamento quanto ao conteúdo da fase preparatória prevista no art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Em razão disso, esclarece-se que:

- A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência, da estimativa de preços, da

Despacho 17582960

SEI FUMEC.2026.00000160-23 / pg. 1

análise de riscos e da justificativa da contratação permanecerá sob responsabilidade da SME;

- A atuação da FUMEC não substitui nem interfere na formação da decisão administrativa, limitando-se ao suporte técnico-operacional, nos termos do que vier a ser expressamente delimitado na redação final da norma.

Assim, a redação normativa será ajustada para afastar qualquer interpretação que atribua à FUMEC competências típicas da fase de planejamento estratégico da contratação.

Da alteração substancial proposta, **questão fundamental que remanesce e necessita ser confirmada** é se persiste a afirmação da SME, em resposta à preocupação desta Pasta acerca do atendimento **aos atos normativos que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, notadamente a **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020**, cujos arts. 7º e 8º definem as entidades executoras participantes do PNAE e as formas de gestão, a conferir:

Art. 7º Participam do PNAE: (...)

II – **a Entidade Executora – EEx**: Secretarias de Estado da Educação – Seduc, **Prefeituras Municipais** e escolas federais, como responsáveis pela execução do PNAE, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, pela prestação de contas do Programa, pela oferta de alimentação nas escolas em, no

mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, e pelas ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados;

Art. 8º A EEx tem autonomia para definir a sua forma de gestão do PNAE, no âmbito de sua respectiva jurisdição administrativa, a saber:

I – **gestão centralizada**: a EEx adquire os gêneros alimentícios, que são fornecidos às unidades escolares para o preparo e distribuição da alimentação escolar. A entrega dos gêneros alimentícios pelos fornecedores pode ser realizada diretamente às unidades escolares e podem haver depósitos centrais de intermediação do abastecimento;

Parágrafo único. No caso de a operacionalização dos recursos financeiros do Programa ser realizada por meio da Conta Cartão PNAE, a EEx poderá realizar o processo licitatório e a chamada pública, sendo, então, de responsabilidade da escola a celebração dos contratos de aquisição dos gêneros alimentícios e o pagamento por meio do cartão magnético disponibilizado pela EEx à escola.

II – **gestão descentralizada ou escolarizada**: a EEx repassa recursos financeiros para UEx das unidades escolares, que adquirem diretamente os gêneros alimentícios para o preparo e distribuição da alimentação escolar;

III – **gestão semidescentralizada ou parcialmente escolarizada**: a EEx combina as formas de gestão centralizada e descentralizada/escolarizada.

Vale transcrever a assertiva da **SME (DOC 17582960)**:

4. Compatibilidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

No que se refere às contratações relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, esclarece-se que:

- A Entidade Executora (EEx) permanece sendo o Município de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Educação, conforme os arts. 7º e 8º da Resolução FNDE nº 6/2020;
- A eventual atuação da FUMEC restringir-se-á ao apoio procedimental, sem prejuízo da responsabilidade da SME pela execução do Programa, pela prestação de contas e pela definição do modelo de gestão adotado (centralizado, descentralizado ou semidescentralizado);
- Não haverá delegação de competências que comprometa a autonomia decisória da EEx nem a conformidade com as normas federais do PNAE.

Demais disso, **especial atenção merece o art. 15 da Resolução nº 06/2020 do FNDE**, que exige **nutricionista, responsável técnico (RT) pela coordenação das ações de alimentação escolar, lotado no setor de alimentação escolar da Entidade Executora - EEx (Prefeitura)**, a conferir:

Seção I
Da Coordenação Técnica Das Ações De Alimentação E Nutrição

Art. 15 A coordenação técnica das ações de alimentação e nutrição, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, deve ser realizada por nutricionista Responsável Técnico – RT do PNAE vinculado à EEx, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições previstas na normativa do CFN.

§ 1º Os nutricionistas que compõem o quadro técnico do Programa, inclusive os RTs, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, devem estar obrigatoriamente lotados no setor de alimentação escolar, regularizados junto ao respectivo Conselho Regional de Nutricionistas e cadastrados nos sistemas do FNDE.

§ 2º A EEx deve oferecer condições suficientes e adequadas de trabalho para os profissionais e cumprir os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, conforme previsto em Resolução do CFN.

Ultrapassadas essas preliminares, **a persistir a decisão de delegação total da contratação à FUMEC, cabe avançar ao aperfeiçoamento do texto do PL**, eis que, **no § 2º do art. 2º da proposta normativa, o inciso IV** (planilhas de formação de preços e orçamentos estimativos, definição de cláusulas contratuais) **está contido no inciso III** (instrução processual); **o inciso VI** (atos de divulgação, sessões públicas, julgamento, habilitação e adjudicação) **está contido no V** (fase externa do procedimento licitatório) e **o inciso VIII** (atividades procedimentais necessárias à contratação) **está contido no II** (gestão e fiscalização da execução contratual). Vejamos o **texto do art. 1º do PLC com readequações**:

Art. 1º Ficam acrescidos o inciso III e os §§ 2º a 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 532, de 07 de julho de 2025, passando o parágrafo único a § 1º, com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....

III – conduzir operacionalmente os procedimentos licitatórios e de contratação administrativa destinados exclusivamente às políticas públicas educacionais, mediante demanda expressa e fundamentada da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A FUMEC não possui finalidade lucrativa e exercerá suas atividades nos termos desta Lei Complementar.

§ 2º Na hipótese do inciso III, permanece sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a indicação da necessidade administrativa e do interesse público envolvido.

§ 3º Compete à FUMEC o suporte técnico-operacional e a condução dos processos de contratação, compreendendo:

I – a instrução processual com todos os elementos exigidos na fase preparatória do certame licitatório;

II – o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação pelo órgão próprio de assessoramento jurídico;

III - a condução da fase externa do procedimentos licitatório, inclusive com a operacionalização dos atos de divulgação, sessões públicas, julgamento, habilitação, recurso, adjudicação e homologação;

IV – a formalização dos contratos e instrumentos equivalentes, após aprovação da autoridade competente;

V – a gestão e a fiscalização da execução contratual, incluindo o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas;

VI – a publicidade, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em sítio eletrônico oficial, exigida em Lei Nacional; e

VII – a defesa perante os órgãos de controle externo e controle social.

§ 4º Será celebrado convênio entre FUMEC e SME para repasse e gestão dos respectivos recursos financeiros necessários para esta atribuição.

À consideração de Vossa Senhoria, a quem renovamos a afirmação do nossa respeitosa consideração e apreço.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 06/03/2026, às 06:56, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 06/03/2026, às 12:21, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17973151** e o código CRC **89B87CA7**.